

ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DA ATIVAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL: Uma Proposta de Referencial Metodológico Para Estudos Territoriais

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14586>

Submetido em: 2/6/2023

Aceito em: 1/7/2023

Valdir Roque Dallabrida,¹ Airtton Adelar Mueller,² Aurea Andrade Viana de Andrade,³
Monica Franchi Carniello,⁴ Pedro Luiz Büttenbender,⁵ Rafael Gonçalves Gumiero,⁶
Valdir Frigo Denardin,⁷ Edemar Rotta,⁸ Elaine Cristina de Oliveira Menezes⁹

RESUMO

Parte-se da perspectiva territorial do desenvolvimento para a propositura de um referencial metodológico estruturado que assume a realidade socioeconômica, cultural e ambiental, de forma integrada, multidimensionalmente, reconhecendo a complexidade das dinâmicas territoriais. O objetivo geral consiste em propor um instrumental metodológico adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência. A abordagem é bibliográfica, de caráter argumentativo, com ênfase no percurso de estudos realizados por pesquisadores de diversas universidades nacionais e internacionais, motivados para a elaboração do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP). Apresenta-se o método proposto, evidenciando os pressupostos ontológicos, epistemológicos, teóricos e metodológicos que dão guarida à construção dos índices parciais das seis dimensões do patrimônio territorial (social, produtiva, cultural, humano-intelectual, institucional e natural) e do índice geral agregado. Entende-se que a construção deste referencial metodológico possa ser uma contribuição importante para o avanço dos estudos do desenvolvimento, considerando a perspectiva territorial de análise.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial; patrimônio territorial; método de pesquisa; índice multidimensional

¹ Autor correspondente: Universidade Federal do Paraná – UFPR. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Matinhos/PR, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/1181379224202943>. <https://orcid.org/0000-0003-2927-960X>. valdirdallabrida@gmail.com

² Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5894559134396184>. <https://orcid.org/0000-0001-6270-5856>

³ Universidade Estadual do Paraná – Unespar. Campo Mourão/PR, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2843549171290076>. <https://orcid.org/0000-0003-3550-5933>

⁴ Universidade de Taubaté – Unitau. Taubaté/SP, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8891630755683175>. <https://orcid.org/0000-0002-3107-901X>

⁵ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0685947440843291>. <https://orcid.org/0000-0002-7011-8552>

⁶ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia. Marabá/PA, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3606249612497573>. <https://orcid.org/0000-0002-6193-8698>

⁷ Universidade Federal do Paraná, Campus Litoral. Matinhos/PR, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0290714285197089>. <https://orcid.org/0000-0002-8074-6544>

⁸ Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Cerro Largo/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/9661112584933921>. <https://orcid.org/0000-0003-1608-7078>

⁹ Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis/SC, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4573603156517560>. <https://orcid.org/0000-0002-1427-0744>

**MULTIDIMENSIONAL INDEX OF TERRITORIAL HERITAGE ACTIVATION:
A PROPOSED METHODOLOGICAL FRAMEWORK FOR TERRITORIAL STUDIES**

ABSTRACT

Starting from the territorial perspective of development, a structured methodological framework is proposed that takes into account the integrated, multidimensional socio-economic, cultural, and environmental reality, recognizing the complexity of territorial dynamics. The overall objective is to propose a methodological tool suitable for territorial analysis perspective, in order to contribute to the elaboration of territorial diagnostics that favor the prospecting of innovative and sustainable alternatives for development, with territorial heritage as a reference. The approach is bibliographic and argumentative in nature, with emphasis on the studies carried out by a group of researchers from various national and international universities, motivated to develop the Multidimensional Index of Territorial Heritage Activation (IMAP). The proposed method is presented, highlighting the ontological, epistemological, theoretical, and methodological assumptions that support the construction of the partial indexes of the six dimensions of territorial heritage (social, productive, cultural, human-intellectual, institutional, and natural) and the overall aggregated index. It is understood that the construction of this methodological reference can be an important contribution to the advancement of development studies, considering the territorial perspective of analysis.

Keywords: territorial development; territorial heritage; research method; multidimensional index.

INTRODUÇÃO

O presente texto trata de um tema complexo e que se propõe preencher uma lacuna em relação aos estudos territoriais: a falta de um referencial metodológico estruturado que atenda às exigências da perspectiva territorial de análise. Ou seja, parte-se da compreensão de que um instrumental metodológico adequado à análise multidimensional de diferentes recortes territoriais é um desafio não enfrentado de forma efetiva. Complementarmente, sustenta-se a hipótese de que a abordagem territorial do desenvolvimento atende a um propósito central, qual seja, ser uma alternativa de superação de análises de recortes espaciais, sejam eles rurais ou urbanos, centradas em procedimentos disciplinares e/ou setoriais, apresentando-se como uma condição indispensável para a realização de estudos que assumam a realidade socioeconômica, cultural e ambiental, de forma integrada multidimensionalmente, reconhecendo sua complexidade.

Mostra-se oportuno apresentar o percurso da presente proposta metodológica, pois da constatação até a iniciativa de assumir o desafio de engendrar uma proposta de referencial metodológico multidimensional há uma longa caminhada, que o leitor merece conhecer, com o fim de compreender que o que se propõe não resulta de um *insight*, uma “visão súbita” de um “sujeito iluminado”, individualmente. Existe um ponto de partida, as reflexões teóricas do coletivo, dos que estudam a realidade territorial. Tais reflexões são interpretadas por outros estudiosos e, em algum momento, alguém consegue estruturar um conjunto de argumentos que, finalmente, torna mais evidente uma determinada problemática, a qual, novamente, instiga, encoraja outros pesquisadores a avançar no debate do tema. Esse é o processo constante de aprendizagem, de se produzir conhecimento científico.

Em maior ou menor grau, um conjunto grande de publicações, uma parte maior listada neste artigo, inspiraram, inicialmente, duas outras realizadas em 2020: (i) Dallabrida (2020a), que se propôs elucidar a dinâmica territorial do desenvolvimento a partir de quatro categorias teóricas (território, governança, patrimônio e desenvolvimento territorial); (ii) Dallabrida

(2020b), que amplia a visibilidade e atribui uma ressignificação à categoria patrimônio territorial.¹⁰ Estas duas publicações, na continuidade, inspiraram a estruturação de um projeto de pesquisa intitulado *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* (ProPAT), apresentado em 2020 ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em edital (Bolsa-PQ), o qual foi aprovado e teve o início da execução em fevereiro de 2021. Tal projeto propunha-se a elaborar estudos, propor e validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência.

Em paralelo, desde abril de 2020, época da pandemia, estendendo-se até meados de 2021, ocorreu uma série de seminários temáticos. A iniciativa foi da Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (Redeteg), que posteriormente foi integrando parceiros, como programas de Pós-Graduação de universidades e outras redes de pesquisadores, a exemplo da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Regional (Rete). Nestes seminários foram abordadas temáticas convergentes com o desenvolvimento territorial e governança, com palestrantes de universidades do Brasil, países da América Latina, de Portugal e da Espanha. Esse profícuo processo de debates despertou, em vários pesquisadores, o interesse no estudo de temáticas relativas ao desenvolvimento territorial e governança e/ou abordagem territorial do desenvolvimento, destacando-se que muitos deles foram se agregando ao processo de execução do projeto de pesquisa ProPAT.

Assim, formada a equipe do projeto ProPAT, como primeira tarefa ela se propôs a demarcar alguns pressupostos básicos de caráter ontológico, epistemológico e teórico-metodológico, os quais convergissem com a abordagem territorial do desenvolvimento. Desses primeiros estudos resultaram dois artigos: (i) Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), no qual são apresentados os pressupostos epistêmico-teóricos da pesquisa; (ii) Dallabrida *et al.* (2021), em que são explicitadas as categorias conceituais e os pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento. Na sequência, no primeiro trimestre de 2022, a equipe de pesquisa do referido projeto publicou o *Dossiê Temático Patrimônio Territorial*, na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (v. 18, n. 1), compreendendo um texto de apresentação e mais seis artigos que, no seu conjunto, propõem referenciais para a estruturação de um instrumental metodológico multidimensional que pudesse ser utilizado na análise e prospecção territorial.

Este trabalho de reflexão em equipe gerou projetos e subprojetos de pesquisa derivados e articulados entre si, com captação de recursos junto a Fapergs/RS, UFPR e UFFS. Este movimento foi contribuindo e reforçando, de forma virtuosa e sistêmica, a motivação para os avanços no projeto ProPAT, agregando novos pesquisadores ao grupo.

Na sequência, de meados de 2022 até maio de 2023, a equipe de pesquisa do projeto ProPAT, dividida em seis grupos de trabalho, cada um deles no estudo de uma das dimensões do patrimônio territorial (social, produtiva, cultural, humano-intelectual, institucional e natural), se ocupou, por meio de reuniões virtuais e seminários temáticos, em identificar os componentes básicos de cada dimensão. Foram definidas variáveis e técnicas e/ou instrumentos de coleta

¹⁰Duas publicações referenciais de autores italianos sobre o tema: Dematteis e Magnaghi (2018); Tarsi (2019).

de dados, com o fim de estruturar um referencial metodológico multidimensional, para ser utilizado na prospecção e projeção de alternativas de desenvolvimento de diferentes recortes territoriais (municípios, regiões, territórios). Nesse referencial, além de apontar os componentes a serem consideradas no estudo da realidade territorial, ousou-se realizar a parametrização das variáveis em escalas que vão de uma situação ótima até uma péssima, em termos de ativação do patrimônio territorial. Essa parametrização permite compor um índice em cada dimensão que, na agregação por média simples, possibilita compor um índice multidimensional que expresse a realidade social, produtiva, cultural, humano-intelectual, institucional e natural do recorte territorial a ser estudado. A esse índice passamos a denominar “Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap), conforme adiante explicitado.

Este é o desafio a que um grupo de mais de 30 pesquisadores do Brasil, da Argentina, de Portugal, da Espanha e da Inglaterra se propôs, no período de 2021 a 2023.

A partir desta contextualização e por meio destas considerações introdutórias, o presente estudo tem como propósito explicitar as premissas de suporte do referido “referencial metodológico multidimensional”. Na primeira seção apresenta-se a base teórica de referência para a abordagem territorial do desenvolvimento. Na segunda, busca-se esclarecer categorias teóricas utilizadas na concepção do referencial metodológico multidimensional. Na terceira, são apresentados os aspectos centrais do referencial metodológico multidimensional. Nas considerações finais busca-se indicar os próximos passos desta ousada empreitada, além de apontar possíveis limitações da proposta aqui apresentada.

UMA BASE TEÓRICA DE INSPIRAÇÃO PARA A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

A perspectiva territorial de análise tem como ponto de partida reflexões de diferentes correntes teóricas, iniciando pelas publicações que, desde as últimas décadas do século 20 e, em especial no início do século 21, propugnavam o “retorno ao território” (BAGNASCO, 1988, 1977; BECATTINI, 1987; SANTOS, 2005; PECQUEUR, 2009).

São do campo da Geografia vários autores que serviram de inspiração. Iniciando por duas obras que colocaram em questão o debate tradicional da Geografia sobre temas socioeconômicos e geopolíticos e sua relação com o processo de desenvolvimento: Castro (1957, 2000) e Lacoste (1985). Contemporaneamente, outros geógrafos, tanto internacionais (MÉNDEZ, 2023, 2002; HARVEY, 2006; DEMATTEIS; GOVERNA, 2005; MASSEY, 2008, 2004; BENKO, 1996; RAFFESTIN, 1993), quanto brasileiros se destacaram na discussão sobre questões territoriais. Entre os geógrafos brasileiros tem-se autores tais como Saquet (2022, 2020, 2019, 2018, 2015, 2013), Silveira (2022, 2003), Haesbaert (2021a, b, 2019, 2013, 2011, 2007), Souza (2009) e Etges (2005), que tiveram publicações focadas no território, quando da análise da realidade socioeconômico-cultural, com abordagens de cunho geográfico e/ou interdisciplinar.

Tem-se autores referenciais da Economia, que fazem a relação entre território e economia, a exemplo de Ferrera de Lima (2022, 2012), Theis (2022, 2019), Theis *et al.* (2022), Brandão (2007), Campolina Diniz e Lemos (2005) e Boisier (2000, 1998), para citar alguns no cenário latino-americano, com foco mais centrado nos estudos sobre desenvolvimento. Nas áreas da Economia, Geografia e Ciências Sociais e Humanas em geral, contemplando enfoques multidis-

ciplinares, a lista é extensa, o que exige priorizar alguns: Perafán *et al.* (2022, 2018); Favareto (2022, 2020, 2010);¹¹ Denardin e Sulzbach (2019); Denardin (2016); Buno Favarão e Favareto (2021); Galvanese (2021); Favareto *et al.* (2015); Limonad (2013); Schneider (2010); Vieira e Cazella (2009); Rambo e Filippi (2009); Ribeiro e Milani (2009); Amin (2008); Pecqueur (2006); Schneider e Tartaruga (2004); Veiga (2002); Sabourin (2002); Courlet (2001); Lopes (2001); Veltz (1995); Scott e Storper (1986).

Outras publicações contribuíram direta ou indiretamente no debate sobre a perspectiva territorial do desenvolvimento, algumas delas ressaltando questões relacionadas ao entorno socioeconômico-institucional (SEN, 2000; PUTNAM, 2000; GILLY, TORRE, 2000; AYDALOT, 1986; MORGAN, 1997), outras destacando o fator inovação (NELSON, 1993; LUNDEVALL, 1992; MAILLAT, 1995, 2002) e, por último, outras focadas no campo econômico-empresarial, fazendo referência ao fator aglomeração (SANTOS; CROCCO; LEMOS, 2002; PORTER, 2000; CASSIOLATO; LASTRES, 1999). No Brasil, é importante lembrar que o economista Celso Furtado, pelas suas essenciais contribuições no debate sobre as questões regionais, é considerado uma referência especial (FURTADO, 1970, 2000).¹² Outra nota de destaque pode ser dada a um autor rio-grandense (DE SOUZA, 2009),¹³ por publicações com caráter didático.

No caso em específico do projeto de pesquisa ProPAT, muitas das publicações mencionadas nesta seção do texto serviram de inspiração. Assim, mereceram destaque quatro categorias teóricas tratadas centralmente pela literatura que servem de inspiração para a abordagem territorial do desenvolvimento: território, governança territorial, patrimônio territorial e desenvolvimento territorial,¹⁴ ordenadas da seguinte maneira:

- i. Uma categoria de partida, o *território*, como *estrutura* socioterritorial localizada histórica e territorialmente, cujas partes se inter-relacionam;
- ii. Uma categoria de intermediação, as práticas de *governança territorial*, como *processo* em que são confrontados diferentes interesses/intenções, com o propósito de construir convergências quanto ao futuro desejado territorialmente, partindo da compreensão de que a forma assumida historicamente por uma estrutura resulta de conversações societárias horizontais;
- iii. Uma categoria resultante, o *patrimônio territorial*, como *forma* assumida pela estrutura socioterritorial, formatando o arranjo espacial com suas diferentes dimensões;
- iv. Uma categoria de funcionalidade, o *desenvolvimento territorial* (ou local/regional), como *função* da forma, partindo do entendimento de que, do confronto entre diferentes projetos de futuro, resultam configurações espaciais demarcadas adminis-

¹¹Favareto (2023) aprofunda a abordagem sobre a “tríade coalizões de atores sociais, ativos e instituições”.

¹²A obra do autor é extensa. São destacadas estas duas, como exemplo.

¹³Considerando o restrito espaço deste texto e, também, por serem de conhecimento geral dos que discutem a temática das chamadas teorias do desenvolvimento, não são mencionados neste texto os teóricos das “teorias clássicas da localização” e “teorias sobre a dinâmica regional” (Polos de Crescimento, Causação Circular Cumulativa, Transmissão Inter-Regional do Crescimento, Teoria da Base de Exportação), além da contribuição dos teóricos marxistas e do Estruturalismo Latino-Americano. Duas obras trazem boas sínteses sobre essas abordagens: Dallabrida (2017) e Lima e Simões (2010).

¹⁴A literatura sobre governança territorial não será mencionada neste texto, pelas mesmas justificativas utilizadas na nota anterior. Sugerem-se três publicações: Dallabrida e Becker (2011), Dallabrida (2015) e Pires (2022).

tratativamente (municípios, regiões, países) ou por relações de identidade, ancoragem e pertencimento a um lugar (territórios), fazendo parte da utopia desejada territorialmente e sua concretude momentânea como realidade possível (DALLABRIDA, 2020a).

Ou seja, tomou-se como orientação as categorias de análise do método geográfico de Santos (1997) e se fez uma relação com a dinâmica territorial do desenvolvimento.

A aceção de território é assumida como uma construção social, histórica e relacional (SAQUET, 2015). A governança territorial refere-se ao processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais, por meio de relações horizontais entre atores sociais, públicos e corporativos (DALLABRIDA, 2015; PIRES, 2022). O patrimônio territorial, como conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais de um determinado território (DEMATTEIS; MAGNAGHI, 2018; DALLABRIDA, 2020b). “O desenvolvimento é resultado de um processo histórico e relacional, de múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais e naturais” (SAQUET, 2015, p. 25). Não resulta, portanto, de processos induzidos desde fora, de empreendimentos que se estabelecem nos territórios para se beneficiar da oferta abundante de recursos naturais lá existentes ou mão de obra barata, tampouco de um evento casual, ou da oportunidade de instalação de um novo empreendimento ou do crescimento econômico por ele proporcionado (DALLABRIDA, 2017). A descoberta do território e a revalorização das premissas do desenvolvimento territorial convergem na construção de uma concepção de desenvolvimento que seja dialógica, ecológica, cultural e participativa, buscando valorizar a autonomia decisória, a ancoragem e os vínculos territoriais, além da preservação da natureza, da identidade e do conhecimento popular (SAQUET, 2018).

Marino Del Rio (2022), ao propor um “projeto de paisagem a partir do patrimônio territorial”, reafirma a importância de estabelecer parâmetros, com base em uma série de objetivos e diretrizes que permitam a ativação do patrimônio territorial quando da definição de um cenário estratégico de futuro para um determinado território. Tais parâmetros e diretrizes, segundo a autora supracitada, deveriam estar centrados na valorização e colocação em uso dos seus elementos constituintes, em todas suas dimensões, de forma que permita superar os condicionantes históricos que dificultaram sua evolução. Marino Del Río (2022) compara essa ativação, orientada por objetivos e diretrizes, como sendo o “crescimento da massa patrimonial”, como contributo ao desenvolvimento local com autossustentabilidade, que também pode-se chamar apenas de contributo ao desenvolvimento territorial. A proposta de ativação, ou crescimento da massa patrimonial, segundo a autora, deveria ter sua origem no acordo entre os atores sociais, os setores econômico-produtivos e a administração pública local.

Essa orientação é a mais indicada em processos de articulação socioinstitucional que tenham como propósito o apoio ao desenvolvimento de um território, região ou município. Nos estudos em que se propõe um Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial, o objetivo foi construir um instrumental metodológico que pudesse ser utilizado em diferentes recortes territoriais. Assim, optou-se por considerar como parâmetro um conjunto de princípios

provenientes de uma base epistêmico-teórica convergente com a abordagem territorial do desenvolvimento.¹⁵

Das bases epistêmico-teóricas assumidas na investigação do projeto ProPAT, portanto, pode-se depreender uma série de princípios considerados fundamentais na orientação da perspectiva analítica, tendo, também, implicações metodológicas. Assim, no Quadro 1 estão mencionados os princípios indicados pela base epistêmico-teórica assumida, com suas implicações. Tais princípios, com sua perspectiva analítica e implicação metodológica, podem ser considerados assim macrorreferentes, ou parâmetros, na estruturação da pretendida “proposta metodológica multidimensional”.

Quadro 1 – Princípios, perspectiva analítica e implicação metodológica na análise e prospecção territorial

Princípios	Perspectiva analítica	Implicação Metodológica
Interdependência	As diferentes dimensões da realidade, ao mesmo tempo que têm uma forma própria de organização, se inter-relacionam, exigindo sua análise a partir de suas diversas dimensões	Considerar a interdependência das variáveis
Integração	É necessário reconhecer as articulações e conexões entre os diferentes problemas e potencialidades	Considerar as possíveis articulações e conexões
Multidimensionalidade	Objetos ou fenômenos possuem várias facetas, devendo ser considerados a partir de diversos pontos de vista	As variáveis precisam ser analisadas multidimensionalmente
Multidisciplinaridade	Realidades complexas, como o contexto territorial, não permitem interpretações monodisciplinares, implicando o esforço em superar abordagens disciplinares ou setoriais	Análises exigem um olhar que vá além da visão disciplinar
Antirreducionismo (holismo)	Objetos e fenômenos precisam ser entendidos de uma maneira integral, não sendo explicáveis pelas propriedades de suas partes separadamente	Priorizar a visão do todo sobre as partes
Pluralidade (pluralismo)	Considerar de forma equânime os saberes e cosmovisões dos sujeitos e as diferentes interpretações possíveis da realidade	Considerar visões ou interpretações, mesmo que não dominantes
Incompletude	A realidade tem um caráter dinâmico, sendo necessário analisar as características demonstradas e suas possíveis evoluções	Analisar os possíveis avanços futuros das características constatadas no momento
Incerteza	A análise de um objeto ou fenômeno demanda muito mais projeção de cenários do que respostas ou propostas definitivas	
Contradição	Percepções distintas não são necessariamente rejeitáveis, podem apenas resultarem da disparidade entre as noções adotadas na descrição do objeto ou interpretação do fenômeno	Avaliar opções que contradizem a percepção momentânea da realidade, pode ser uma opção

¹⁵Mesmo assim, com o propósito de atender ao que sugere Marino Del Río (2022) – que as proposituras em termos de perspectivas de desenvolvimento devam ocorrer em acordo entre os atores sociais, os setores econômico-produtivos e a administração pública local – duas publicações de membros da equipe do projeto ProPAT apresentam indicativos neste sentido: Dallabrida *et al.* (2022); Dallabrida, Menezes e Fuini (2023).

Totalidade	Apesar de suas particularidades, a análise de um recorte espacial (território, região ou município) não explica integralmente uma realidade, pois esta faz parte de uma totalidade espacial, que se explica pela inter-relação das partes (“a parte está no todo e o todo está na parte”)	Avaliar a realidade de forma contextualizada (regional, nacional, mundialmente)
Historicidade	Um conjunto de fatores antecedentes condicionaram a situação atual de um objeto ou fenômeno, com tendências futuras, no entanto, novos condicionantes espaciais e temporais são capazes de redirecionar sua situação futura	Avaliar a realidade segundo possíveis condicionantes históricos (ontem/amanhã)
Autonomia	A análise de uma determinada realidade deve considerar a desconstrução dos essencialismos, na forma de concepções dominantes, permitindo a opção por alternativas que favoreçam a autonomia e poder territorial	Indicativos gerais servem como referentes, não determinantes, permitindo a expressão da especificidade
Descentramento	As análises e alternativas prospectadas em um determinado contexto espacial precisam considerar a perspectiva dos setores dinâmicos e periféricos de forma equânime.	Todas as dimensões da realidade local precisam ser consideradas equanimemente
Relacionalidade	O território é um campo de relações (sociedade x natureza, indivíduos x sociedades), portanto, estruturado na forma de redes	Considerar as variáveis na sua dimensão relacional
Inclusão (social e espacial)	Soluções e alternativas devem atentar o máximo possível à inclusividade, tanto social quanto espacial	Ao propor alternativas, priorizar as que atendem a um maior número de beneficiários, tanto pessoal como espacialmente
Equanimidade	Recursos, bens e serviços territoriais exigem uma redistribuição social equitativa, tendendo à construção de sociedades menos desiguais	
Inovação (smartificação)	Soluções e alternativas precisam considerar as inovações tecnológicas e sociotécnicas permitidas pelo estágio atual da civilização e pelas perspectivas futuras, usufruídas equanimemente	Alternativas de solução dos desafios devem atender a perspectiva da inovação e criatividade
Sustentabilidade (ambiental)	Todos os princípios enunciados, as diretrizes e alternativas sugeridas pelos mesmos, devem estar direcionados à preservação e potenciação da vida em todas as suas formas de expressão.	Alternativas propostas devem ter replicabilidade ininterrupta, com respeito à vida em todas as suas formas de manifestação

Fonte: Dallabrida (2022, p. 10).

Partindo da afirmação de Marino Del Río (2022), de que o processo de ativação do patrimônio territorial deve estar centrado na valorização e colocação em uso dos seus elementos constituintes, em todas as dimensões, permitindo assim superar os condicionantes históricos que dificultaram sua evolução, do enunciado dos princípios indicados pela base epistêmico-teórica assumida no projeto ProPAT, é possível priorizar alguns deles em cada dimensão do patrimônio territorial, com o propósito de servirem como macrorreferentes, ou parâmetros no dimensionamento do grau de ativação do patrimônio territorial. Alguns princípios podem ser referentes para todas as dimensões, outros, em específico a uma ou outra dimensão do patrimônio territorial.

Como possíveis referentes gerais sugere-se: (i) *Sustentabilidade ambiental*: priorização de alternativas que possam ter replicabilidade ininterrupta, com respeito à vida em todas as suas formas de manifestação; (ii) *Inclusão e Equanimidade*: priorizar alternativas que atendem a um maior número de beneficiários, na perspectiva da equanimidade pessoal e espacial; (iii) *Inovação*: priorizar alternativas de solução dos desafios que atendam à perspectiva da inovação e criatividade; (iv) *Totalidade*: priorizar o respeito às especificidades territoriais, no entanto, analisar soluções e alternativas que considerem a realidade de forma integrada e contextualizada (regional, nacional, mundialmente); (v) *Multidimensionalidade e Integração*: priorizar soluções e alternativas que atendam à perspectiva da multidimensionalidade, considerando suas possíveis articulações e conexões; (vi) *Autonomia*: priorizar soluções e alternativas que favoreçam a autonomia e poder territorial, permitindo a expressão das suas especificidades.

Toda a base teórica origina-se de uma base ontológico-epistêmica. Assim, nos estudos do projeto ProPAT partiu-se da compreensão de que é no campo epistemológico que se evidencia as diretrizes que orientarão o desvelamento do objeto de estudo numa investigação, situando-o numa dada perspectiva paradigmática. Assim sendo, no projeto ProPAT buscou-se sustentação em quatro campos epistêmicos, tendo como critério sua maior convergência com a perspectiva territorial de análise, quais sejam: (i) a nova teoria dos sistemas (CAPRA, 1996); (ii) a teoria da complexidade (MORIN, 1996); o materialismo histórico-dialético (PIRES, 1997); e a perspectiva epistemológica sustentada na decolonialidade (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014) e no descentramento (SANTOS, 2014). Tais campos epistêmicos apontam para a redistribuição equitativa dos recursos sociais e a atribuição de bens e serviços de uso coletivo a todos os cidadãos.¹⁶

Estas breves reflexões, em síntese, sugerem que pensar o desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência, implica que as prospecções que sejam feitas contemplem, equitativamente, os “bárbaros” da contemporaneidade, ou seja, os segmentos ainda excluídos das benesses que podem ser oportunizadas pela evolução tecnológica atual, além das futuras gerações que são também excluídas das decisões, mas certamente suas vidas serão impactadas pelas escolhas presentes. Implica repensar o planejamento, convergindo com o que Milton Santos (2014) chama de “modelo cívico-territorial”. Tudo isso sustentado em um referencial epistemológico de caráter descentrador e decolonial. Trata-se, em tese, da tentativa de priorizar concepções epistemológicas que evitem a exclusão e o silenciamento de sujeitos, com seus saberes e cosmovisões, muitas vezes negadas como explicativas e orientadoras legítimas de condutas, seja de minorias ou grupos marginalizados e/ou despossuídos. Por fim, a expressão “bárbaros”, a qual tem uma origem histórica para se referir aos povos ou indivíduos que não se submetiam aos preceitos civilizatórios ocidentais, contemporaneamente, pode ser referida aos que estão excluídos da sociedade moderna, por motivos ético-culturais, socioeconômicos, comportamentais ou por não se adequarem às exigências da modernidade tecnológica. Isso tudo implica que pensar o desenvolvimento na perspectiva territorial representa uma tentativa de superar a falácia desenvolvimentista, em razão do atendimento dos desejos e interesses plurais que existem nos territórios (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

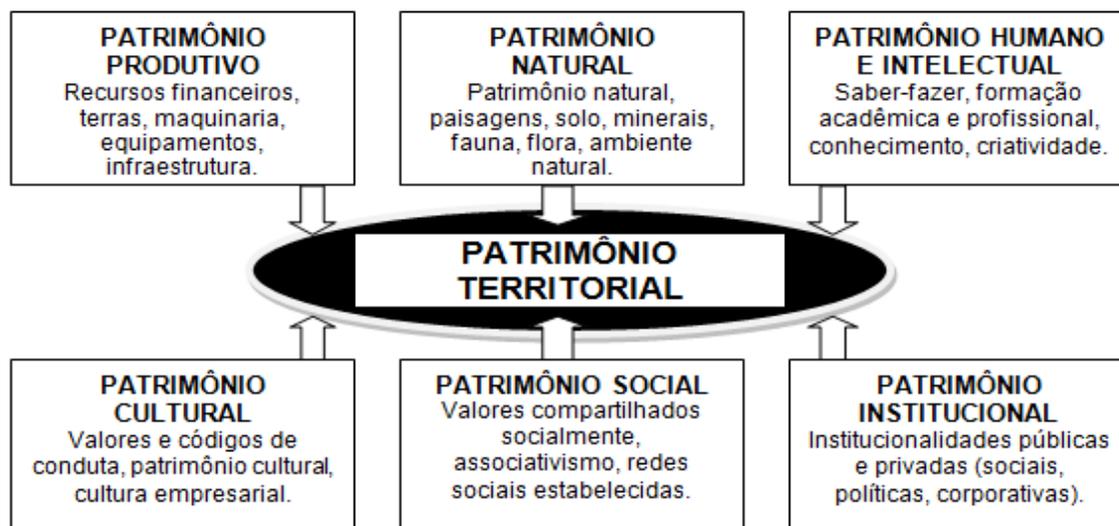
¹⁶A explicitação da base epistêmico-teórica, os referenciais metodológicos utilizados no projeto ProPAT, bem como indicativos para orientar processos de articulação ou governança territorial, pode ser acessada em duas publicações: Dallabrida, Rotta e Büttendbender (2021) e Dallabrida *et al.* (2021).

ESCLARECENDO TERMINOLOGIAS

Ao fazer menção a um “referencial metodológico multidimensional”, para sua melhor compreensão, exige-se esclarecer o sentido dos termos utilizados. A menção à expressão “referencial metodológico” é para reportar-se a um conjunto de componentes, variáveis e técnicas e/ou instrumentos de coleta e análise de dados, que servirão de referência na composição de uma escala, que variará de uma situação de insuficiência até uma aproximação a um “padrão ideal”, o que representará o índice da ativação de cada uma das dimensões do patrimônio territorial. O uso do termo “multidimensional” refere-se ao fato de que, a partir da apuração do índice em cada dimensão, seu somatório ponderado comporá um índice que sintetiza todas as dimensões do patrimônio territorial, de cada recorte espacial em análise.

Para se falar em “ativação do patrimônio territorial” faz-se necessário, inicialmente, voltar a atenção para algumas questões conceituais. Primeiro, uma referência à categoria patrimônio territorial, o objeto central do processo: “[...] conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território” (DALLABRIDA, 2020b, p. 12), com seus elementos constituintes, conforme representado na Figura 1.

Figura 1 – Patrimônio territorial e seus componentes



Fonte: Dallabrida (2020b)

O esboço sobre patrimônio territorial e suas dimensões (Figura 1) inspira-se em contribuições de Albertos *et al.* (2004), com uma interpretação posterior de Caravaca e González (2009), os quais, ao se referirem ao “capital territorial” como o conjunto de “bens patrimoniais” enraizados territorialmente, passíveis de ativação pela ação dos atores locais. Já a opção pela categoria “patrimônio” e não “capital”, sustenta-se em contribuições de Magnaghi (2003) e Poli (2015), que propõem avanços na sua interpretação, por considerarem o uso da categoria “patrimônio territorial” um construto histórico coevolutivo, resultante de atividades antrópicas que transformaram a natureza em território; já “capital territorial” é um conceito introduzido inicialmente em documentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para referir-se às especificidades do território, passíveis de uso para alcançar a competitividade econômica. Segundo esta compreensão desses dois autores, portanto, a opção pela

noção de patrimônio territorial no debate sobre a desenvolvimento e governança territorial contribui para distanciar-nos de uma concepção ainda demasiadamente “economicista” de desenvolvimento.

Além disso, é preciso compreender qual o sentido aqui atribuído à expressão “ativar”. A “ativação” refere-se ao ato de ativar, cujo vocábulo tem um número significativo de sinônimos, que, ao mesmo tempo, explicitam e ampliam o sentido da palavra. Assim, “ativar” significa acelerar, aguçar, amplificar, apressar, avivar, despertar, estimular, fomentar, fortalecer, impulsionar, intensificar, promover, tonificar, vigorizar.

Para entender o processo de ativação do patrimônio territorial como ponto de partida, no entanto, faz-se necessário recorrer à aceção de recursos e ativos proposta por Benko e Pecqueur (2001, p. 41). “Entende-se por ativo, os fatores em atividade, enquanto, por recursos, os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem assim uma reserva, um potencial latente”. Assim, os territórios, em cada momento da História, apresentam-se formatados em arranjos espaciais que podem ser identificados por meio de um conjunto de recursos e ativos territoriais. Dessa forma, no arranjo espacial de um determinado território, com suas diferentes dimensões (social, cultural, produtiva, natural, institucional e humano-intelectual), existem fatores que se apresentam na forma de recursos (os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar), outros que se apresentam na forma de ativos (os fatores “em atividade”, em uso). Explorar, aqui, tem o sentido de arranjar, cultivar, amanhoar, fertilizar, fecundar.

Quando, portanto, utiliza-se a expressão “ativação”, faz-se referência à necessidade de transformação dos fatores territoriais ainda na situação de recursos, não revelados ou não aproveitados adequadamente em ativos territoriais aptos a contribuir no desenvolvimento territorial. Por extensão, realizar, alcançar a “ativação do patrimônio territorial” significa identificar e/ou revalorizar as potencialidades, pô-las em atividade, em uso, na perspectiva de passarem a contribuir de forma mais significativa no desenvolvimento territorial, tanto no sentido socioprodutivo quanto no contributo à melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no território. Pode ser tanto um fator tangível (ex.: terra cultivável), quanto intangível (valorização de uma expressão cultural, ou de um saber-fazer local, ou a propensão à cooperação).

Ao fazer menção a um “índice” é para se atribuir a uma referência de ordem quantitativa ou qualitativa que serve para informar sobre o desempenho de algo, ou de algum fenômeno, oscilando entre dois extremos: de um estágio de total precariedade até um estágio de eficiência plena. Já, ao se referir a um “índice multidimensional”, faz-se menção a uma agregação de indicadores que contempla múltiplas dimensões, ou que concerne a níveis ou campos variados. No caso em questão, trata-se de um indicador que abrange todas as dimensões do patrimônio territorial. Segundo Van Bellen (2005), um índice é elaborado mediante a agregação de dois ou mais indicadores simples, referidos a uma mesma dimensão, ou a diferentes dimensões da realidade.

Logo, o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (Imap) revela a situação do momento quanto à forma de utilização das potencialidades de um território para o desenvolvimento territorial, por meio da ativação de cada uma das dimensões do recorte territorial em análise. Num extremo ideal, ter-se-iam todos os fatores ativados, as potenciali-

dades plenamente e eficientemente utilizadas. No outro, uma situação de absoluta carência e precariedade, portanto, de não ativação. Assim sendo, o patrimônio territorial plenamente ativado constituiria um “território ideal”, este passando a ser adotado como parâmetro de análise.

Uma observação importante: quando se refere à ativação do patrimônio territorial, ou seja, das potencialidades de um território para o desenvolvimento territorial, está implícito o entendimento de que estão sendo consideradas todas as precauções para que estejam contemplados os princípios da sustentabilidade, em todas as suas formas de expressão.

ASPECTOS DO REFERENCIAL METODOLÓGICO MULTIDIMENSIONAL

O Método de Abordagem Adotado

Os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa provêm de diversos campos disciplinares das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Nessas áreas coexistem pesquisas a partir dos mais diversos métodos de abordagem: empírico-analítico, fenomenológico, dialético-crítico, sistêmico, ecossistêmico, entre outros (ARENHART *et al.*, 2021). Essa coexistência não representa passividade ou ausência de contradições e conflitos, mas indica posições epistemológicas diversas, algumas em diálogo, outras nem tanto. O que se aponta aqui, porém, é a possibilidade de uma opção epistemológica que viabilize o diálogo entre os pesquisadores que integram projetos de pesquisa focados na abordagem territorial.

Para os grupos de pesquisa, Minayo (2014) propõe a “triangulação de métodos” como uma alternativa possível de realizar o diálogo entre os diferentes. Efetivamente, em todas as áreas de conhecimento, cada método, por si só, não possui elementos suficientes para responder às questões que uma investigação específica suscita. Daí a importância do diálogo interdisciplinar sobre métodos para o conhecimento da realidade sob vários ângulos. O diálogo metodológico propicia maior clareza teórica e permite aprofundar uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva. Segundo a autora, o processo reflexivo da triangulação de métodos possibilita buscar a articulação (unificação e interdependência) de dados objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) e dados subjetivos (significados, intencionalidades, interação, participação). Trata-se de evitar ou desfazer a dicotomização entre quantitativo e qualitativo, entre macro e micro, entre interior e exterior, entre sujeito e objeto.

Na proposta de Minayo (2014) o processo de triangulação de métodos assenta-se em três posturas opostas e, também, complementares: (i) o profundo respeito aos campos disciplinares; (ii) a relativização da visão fragmentada de cada um deles; (iii) e a capacidade dialógica dos pesquisadores diante de propostas teóricas e metodológicas diferentes e com os sujeitos que atuam no mundo da vida. É preciso esclarecer que a triangulação não inviabiliza o desenvolvimento de teorias, análises e publicações próprias ao campo de conhecimento de cada pesquisador. A produção disciplinar, contudo, resultante da experiência de triangulação, que compartilha as reflexões de outras áreas, é capaz de ultrapassar o esforço monológico do investigador individual e solitário na direção da “interfertilização de saberes”.

O que se busca nesta pesquisa não é uma visão monista/unitária, na qual todos os resultados de pesquisa seriam subordinados a uma única lógica. “[...] Devemos trabalhar com uma pluralidade simultânea de diversos princípios organizativos da sociedade” (ASSMANN;

MO SUNG, 2000, p. 148). Para realizar pesquisas dessa natureza, porém, complementa Minayo (2014), faz-se necessário estabelecer algumas balizas que possibilitem e viabilizem essa triangulação e a interfertilização de saberes, como uma espécie de roteiro ou quadro de referência, construído no diálogo argumentativo e profícuo entre os pesquisadores envolvidos. Este roteiro ou quadro de referência passa a orientar as ações dos pesquisadores individuais e dos grupos de trabalho. Nesse sentido chegou-se a cunhar a ideia de uma “triangulação progressiva”, na medida em que se vai construindo e reconstruindo o processo ao longo da experiência coletiva do grupo envolvido. Em grande parte foi isso que se realizou nesta experiência de pesquisa iniciada em 2020, a partir de seminários temáticos, reuniões de trabalho, elaboração e reelaboração de textos, entre outros.

O reconhecimento das especificidades das diferentes abordagens epistemológicas (métodos de abordagem), com seus pressupostos filosóficos e suas respectivas lógicas operacionais dominantes, permite caminhar na direção de uma “triangulação de métodos” (MINAYO, 2014), sem cair no ecletismo ou no monismo, mas sim, buscando a “interfertilização de saberes”. Essa postura pode significar um avanço importante nos estudos e pesquisas sobre territórios e abordagem territorial, ainda marcados pela fragmentação e pela dificuldade de avançar em termos de debates epistemológicos e metodológicos.

Das Dimensões do Patrimônio Territorial ao Imap: percurso metodológico

Cada uma das dimensões do patrimônio territorial (social, produtiva, cultural, natural, institucional e humano-intelectual) seguiu um percurso metodológico para a apuração do índice da ativação dimensional, cuja soma constituirá o Imap, destacando os seguintes aspectos:

- i. *Ontológico*: definição do *core* da dimensão, o escopo e conceitos basilares;
- ii. *Constitutivo*: delineamento dos componentes da dimensão;
- iii. *Indicativo*: definição das variáveis de cada componente, identificação de referentes que permitem a proposição de uma escala para cada componente.

Em relação aos aspectos indicativos, estes seguirão um quadro de referência contendo os seguintes elementos:

- i. *Componentes*: aspectos a serem tomados como referência para a definição das variáveis – ex. na dimensão social – relações de trabalho;
- ii. *Variáveis*: aspecto ou característica definida para a análise e mensuração – ex. na dimensão social – percentual de trabalho formal e informal;
- iii. *Técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados*: fontes de busca de dados – ex. na dimensão social, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Elementos Constitutivos do Imap

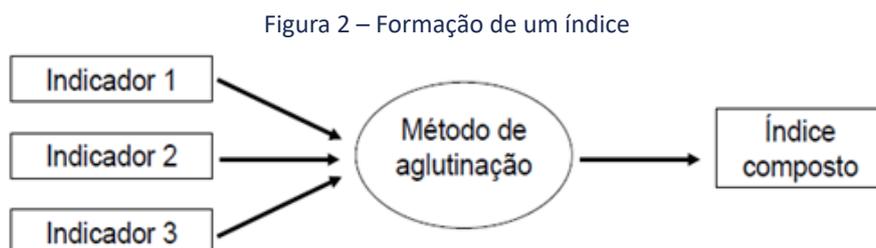
A proposta metodológica de proposição de um índice para analisar a ativação do patrimônio de um território, o Imap, perpassa por etapas adiante sistematizadas. Para dar suporte ao método, propõe-se criar uma escala de mensuração, baseada em indicadores referentes a um determinado aspecto da realidade, em cada dimensão.

Seguindo indicativos de Januzzi (2001), propõe-se as seguintes etapas: (i) elaboração de um quadro de referência, fundamentado em conceitos e teorias previamente referenciados, destacando os componentes, suas respectivas variáveis e técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados, para cada uma das dimensões; (ii) propositura de uma escala de cinco pontos para cada uma das variáveis, dos respectivos componentes de cada dimensão; (iii) geração de indicadores de cada variável que, agregados, resultam em um índice que revele o nível de ativação do patrimônio territorial de cada uma das dimensões; (iv) por fim, o somatório ponderado dos índices dimensionais resultará no Imap.

Destaca-se que os índices propostos para cada uma das dimensões podem ser formados pela agregação de indicadores subjetivos, conforme Januzzi (2001), por serem de natureza qualitativa e por indicadores objetivos, quantitativos, baseados em ocorrências concretas na realidade socioeconômico-cultural e ambiental.

Sobral *et al.* (2011) revelam que o indicador comunica sobre a progressão em direção a uma determinada meta, deixando mais perceptível uma tendência ou fenômeno não imediatamente detectável por meio dos dados isolados. A agregação de indicadores compõe um índice.

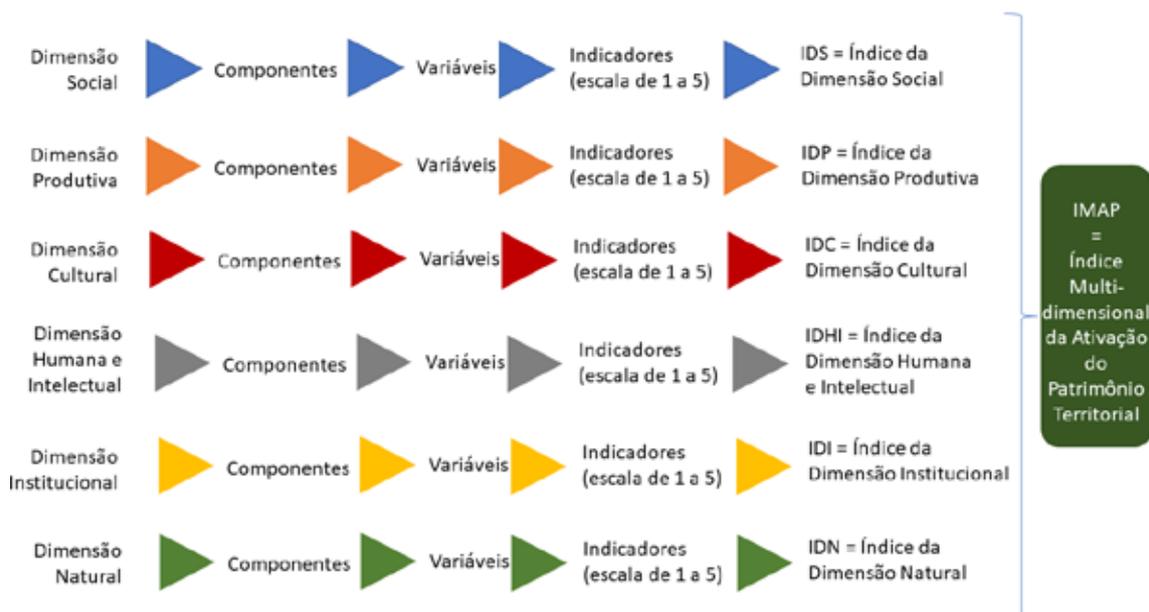
Januzzi (2001) corrobora este entendimento ao apresentar a Figura 2.



Fonte: Januzzi (2001, p. 22).

Assim, o Imap é resultante de uma composição que se inicia em cada uma das seis dimensões que dão forma ao patrimônio territorial. Cada uma das dimensões é formada por componentes, que por sua vez, podem ser aferidos por indicadores já existentes (dados secundários) ou criados para viabilizar o índice (dados primários). Esses indicadores são valorados em uma escala quanto ao nível de ativação, o que permite formar o índice de ativação de cada dimensão. A agregação dos índices de cada dimensão resulta no Imap, conforme descrito na Figura 3. Para cada uma das variáveis será constituída uma escala quádrupla, desde uma situação de plena ativação até uma de total precariedade.

Figura 3 – Processo de formação do Imap



Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

A agregação dos índices de cada dimensão resulta no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial – Imap, conforme Figura 4.

Figura 4 – Agregação dos índices parciais das dimensões para formação do Imap

$$IMAP = \frac{IDS+IDP+IDC+IDHI+IDI+IDN}{6}$$

Em que:

- IMAP = Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial
- IDS = Índice que representa a Dimensão Social
- IDP = Índice que representa a Dimensão Produtiva
- IDC = Índice que representa a Dimensão Cultural
- IDHI = Índice que representa a Dimensão Humana e Intelectual
- IDI = Índice que representa a Dimensão Institucional
- IDN = Índice que representa a Dimensão Natural

Fonte: Elaborada pelos autores (2023)

Adota-se uma escala de 1 a 5, em que 1 se refere a uma situação de máxima carência e 5 refere-se a uma situação ideal, portanto ótima para a ativação de cada dimensão do patrimônio territorial. A agregação dos índices das dimensões, para o alcance do índice final (Imap), segue a mesma lógica. Quanto mais próximo de 5, mais o território está com seu patrimônio ativado. Quanto mais próximo de 1, menos o território está ativando seus recursos disponíveis em sua dinâmica de desenvolvimento.¹⁷

¹⁷A estruturação das escalas seguiu orientações técnicas tradicionalmente sugeridas na literatura em geral, para casos assemelhados, sendo que, pela leitura dos textos, com a exemplificação em cada uma das dimensões, é possível se ter uma maior compreensão sobre o assunto em questão.

Além de apresentar um diagnóstico sintético com o Imap, os índices parciais expressam as peculiaridades de cada dimensão do território, o que é fundamental para orientar políticas públicas, programas e ações no território que visem a ativar as dimensões mais frágeis, bem como ações de manutenção e/ou potenciação das dimensões mais ativadas no território. A trajetória metodológica detalhada para composição dos índices parciais de cada uma das dimensões – social, produtiva, cultural, humano-intelectual, institucional e natural – são apresentados nos artigos que compõem este dossiê.¹⁸

No percurso metodológico referido, salienta-se que cada território apresenta dinâmicas específicas e se faz necessário articular esse reconhecimento à realização de diagnósticos particulares, fundamentados em conceitos e premissas teóricas consistentes. A complexidade do território demanda uma visão sistêmica das dimensões que o compõem, com o desafio de compreender suas inter-relações, tal qual se propõe no Imap.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizada a etapa de elaboração da proposta de instrumental-metodológico multidimensional, sintetizada neste texto, resta agora definir e operacionalizar os próximos passos, ou seja, socializar para o debate os pressupostos e a proposta de instrumental metodológico e, em seguida, realizar sua aplicação-piloto em diferentes recortes territoriais, a fim de proceder a sua validação e posterior publicização final, com o propósito de se tornar um referencial na pesquisa dos estudos territoriais.

A execução das etapas do projeto ProPAT, desde o início oficial em 2021 até esta publicação, foi realizada mediante encontros virtuais, contando com o envolvimento voluntário dos membros da equipe de pesquisa e o apoio das suas instituições de origem. Durante o período houve, sem sucesso, a tentativa de obter recursos públicos para apoiar a execução do projeto. A sua publicização e a aplicação-piloto em diferentes recortes territoriais, no entanto, ficam na dependência do acesso a recursos públicos, o que se espera possa ocorrer na sequência.

Ao ser finalizada a aplicação-piloto, o grupo se ocupará na realização de um seminário presencial com a participação de toda a equipe de pesquisa, em especial os membros das universidades participantes no processo de aplicação do instrumental metodológico, juntamente com consultor(e)s especializado(s), com o fim de analisar o resultado do processo de validação e fazer os ajustes que se mostrarem necessários. Após isso, uma nova publicação será realizada, na forma de livro físico.

Saliente-se, finalmente, que a presente proposta de referencial metodológico apresentou componentes, variáveis, técnicas a serem utilizadas e fontes de dados e/ou informações a serem consultadas, bem como escalas, que pudessem atender da forma mais abrangente que seja possível as diferentes situações a serem encontradas nos recortes territoriais a serem analisados. Reconhece-se, no entanto, a necessidade de adequações para atender especificidades de cada território.

¹⁸Trata-se de seis artigos publicados nesta edição, referindo-se a cada uma das dimensões, em que se apresenta a descrição detalhada da proposta.

Essa é a nossa caminhada até o momento (julho/2023), da qual resulta uma proposta metodológica que se propõe aportar contribuições inovadoras para avançar nos estudos territoriais. Salienta-se as virtudes desta proposta, ao mesmo tempo que se reconhece possíveis limitações. Tais limitações, parte delas, espera-se sejam identificadas na “aplicação-piloto” que será operacionalizada na sequência pela equipe, em diferentes recortes territoriais. Outras lacunas e/ou limitações, espera-se, possam ser apontadas por especialistas no tema, por meio de reflexões teóricas e/ou da análise de experiências. Tudo isso não desmerece em nada o esforço hercúleo realizado por uma equipe de pesquisadores ao longo dos últimos três anos. De parte da equipe que se envolveu na estruturação da proposta, há total abertura para acatar sugestões de melhoria e, em publicações futuras, contemplar revisões que se mostrarem necessárias.

Por fim, apesar das contribuições epistêmico-teórico-metodológicas aportadas pelo projeto ProPAT, aqui referidas, entende-se ser necessário avançar em relação ao estudo e à investigação, em três aspectos:¹⁹ (i) aprofundar o tema das bases epistêmico-teóricas; (ii) buscar possíveis aproximações com escolas de pensamento, e (iii) resgatar e avaliar práticas metodológicas convergentes com a “abordagem territorial do desenvolvimento”. Esse será um novo desafio a ser enfrentado na sequência.

AGRADECIMENTOS:

Agradecimentos ao CNPq e a FAPERGS pelo auxílio no projeto.

REFERÊNCIAS

- ALBERTOS, J. M.; CARAVACA, I.; MÉNDEZ, R.; SÁNCHEZ, J. L. Desarrollo territorial y procesos de innovación socioeconómica en sistemas productivos locales. In: ALONSO, J. L.; APARICIO, J.; SÁNCHEZ, J. L. (coord.). *Recursos Territoriales y Geografía de la Innovación Industrial en España*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2004. p. 17-60.
- AMIN, A. La política regional en la economía global. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). *Repensando el Desarrollo Regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008. p. 353-373.
- ARENHART, L. O.; HAHN, N. B.; ARENHART, A. B. P.; ROTTA, E. *Metodologia e epistemologia: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa*. Cruz Alta: Ilustração, 2021.
- AYDALOT, P. *Milieux Innovateurs en Europe*. Paris: Gremi, 1986.
- ASSMANN, H.; MO SUNG, J. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAGNASCO, A. *La costruzione sociale del mercato: studi sullo sviluppo di piccola impresa in Italia*. Bologna: Il Mulino, 1988.
- BAGNASCO, A. *Tre Italie: la problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Torino: Il Mulino, 1977.
- BECATTINI, G. *Mercato e forze locali: il distretto industriale*. Bolonha: Il Mulino, 1987.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.

¹⁹Esse deverá ser o desafio de um novo processo de estudos e investigação, na sequência, o que poderá ocorrer em paralelo à aplicação e validação da proposta aqui apresentada.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): De qué estamos hablando? In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (org.). *Desenvolvimento local/regional: determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 151-185. V. 1.

BOISIER, S. *El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico*. Santiago de Chile: Ilpes, 1998.

BRANDÃO, C. A. *Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

BUNO FAVARÃO, C.; FAVARETO, A. Abordagem sistêmica, coalizões e territórios. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 41, n. 2, p. 164-185, 13 dez. 2021.

CAMPOLINA DINIZ, C.; LEMOS, M. (org.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARAVACA, I. B.; GONZÁLEZ, R. G. Las redes de colaboración como base del desarrollo territorial. *Scripta Nova*, Barcelona, v. XIII, n. 289, 1º mayo 2009.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (ed.). *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília, IBICT; MCT, 1999.

CASTRO, J. *Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; São Paulo: Brasiliense, 1957.

COURLET, C. *Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique*. Paris: L'Harmattan, 2001.

COVAS, A. A. *Os territórios na era das redes: cultura digital, ação coletiva e bens comuns*. Lisboa, PT: Edições Sílabo, 2023.

DALLABRIDA, V. R.; MENEZES, E. C. O.; FUINI, L. L. O desafio da construção e reconhecimento de territórios nos processos de análise e prospecção territorial. *Revista Caminhos de Geografia*, v. 24 n. 94, 2023 (previsão de publicação agosto/2023).

DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan./abr. 2022.

DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio/ago. 2020a.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, jul./set. 2020b.

DALLABRIDA, V. R. *Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países*. Curitiba, PR: Editora CRV, 2017.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. 50, n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2011.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. Estado e sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. e202219pt, p. 1-25, Ed. Esp., 2022.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.

DEMATTEIS G.; GOVERNA, F. (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Angeli, 2005.

DEMATTEIS, G.; MAGNAGHI, A. Patrimonio territoriale e corallità produttiva: nuove frontiere per i sistemi economici locali. *Scienze del Territorio*, Firenze University Press, n. 6, p. 12-25, 2018.

DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. In: WILKINSON, J.; MASCARENHAS, G. C. C. (org.). *O sabor da origem*. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51-72.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Ativação de recursos territoriais: processos de desenvolvimento no espaço rural. In: CURY, M. J. F.; SAQUET, M. A. (org.). *Territórios e territorialidades: a práxis na construção do desenvolvimento*. Cascavel: Edunioste, 2019. p. 67-82.

DE SOUZA, N. J. *Desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas, 2009.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, v. 10, n. 3, p. 47-55, 2005.

FAVARETO, A. Para uma abordagem territorial do desenvolvimento regional: a importância da tríade coalizões de atores sociais, ativos e instituições. *Guaju – Revista Brasileira do Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 9, Edição Especial, 2023.

FAVARETO, A. O desenvolvimento regional em perspectiva: uma abordagem baseada na tríade atores, ativos e instituições. In: SILVEIRA, R. L.; KARNOPP, E. (org.). *Atores, ativos e instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 17-43.

FAVARETO, A. Multiescalaridade e multidimensionalidade nas políticas e nos processos de desenvolvimento territorial: acelerar a transição de paradigmas. In: SILVEIRA, R. L. L. DA; DEPONTI, C. M. (ed.). *Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 61-91.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição? *Estudos Avançados*, USP, Impreso, v. 24, p. 299-319, 2010.

FAVARETO, A.; KLEEB, S. C.; GALVANESE, C.; CARDOSO, R. C. Territórios importam: bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas do Brasil. *Revista Regis*, UnB, n. 1, p. 14-39, 2015.

FERRERA DE LIMA, J. *Economia territorial: teoria e indicadores*. 1. ed. Campina Grande PB: Editora da Universidade Estadual da Paraíba – EdUEPB, 2022.

FERRERA DE LIMA, J. *Geoeconomie et Developpement Regional*. 1. ed. Paris: Publibook, 2012. V. 1.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1970.

FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALVANESE, C. *Paradigmas do desenvolvimento territorial em debate: contribuições críticas a um campo científico emergente*. Santo André: EdUFABC, 2021.

GILLY, J. P.; TORRE, A. (dir.). *Dynamiques de proximité*. Paris: L'Harmattan, 2000.

HAESBAERT, R. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da Terra. *Geographia*, v. 23, p. 1-19, 2021a.

HAESBAERT, R. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. 1. ed. Buenos Aires e Niterói: Clacso e PosGeo UFF, 2021b.

HAESBAERT, R. O território: de categoria de análise à categoria da prática num olhar latino-americano e integrador. In: DENARDIN, V. F.; ALVEZ, A. R. *Desenvolvimento territorial: olhares contemporâneos*. Londrina: Editora Mecenias, 2019. p. 51-60.

HAESBAERT, R. De espaço e território, estrutura e processo. *Economía, Sociedad y Territorio*, v. 43, p. 805-815, 2013.

HAESBAERT, R. O território e a nova desterritorialização do Estado. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011. p. 17-37.

HAESBAERT, R. C. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, D. *Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. New York: Verso, 2006.

JANUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Editora Alínea, 2001.

LACOSTE, Y. *Geografia do subdesenvolvimento: geopolítica de uma crise*. 7. ed. São Paulo: Difel, 1985.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. *RDO – Revista do Desenvolvimento Econômico*, a. XII, n. 21, p. 5-19, jul. 2010.

LIMONAD, E. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 125-138, maio 2013.

- LOPES, R. *Competitividade, inovação e território*. Oeiras, PT: Celta Editora, 2001.
- LUNDEVALL, B-A. *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*. Londres: Pinter Publishers, 1992.
- MAGNAGHI, A. La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale. In: DEMATTEIS, G.; FERLAINO, F. (org.). *Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento*. Torino: Ires; SGI, 2003. p. 13-20.
- MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 4, p. 9-16, mar. 2002.
- MAILLAT, D. Les milieux innovateurs. *Sciences Humaines*, n. 8, p. 41-57, 1995.
- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MASSEY, D. The responsibilities of place. *Local Economy*, v. 19, n. 2, p. 97-101, 2004.
- MÉNDEZ, R. G. V. *Tiempos críticos para el capitalismo global*. Una perspectiva geoeconómica. Madrid: Revives, 2023.
- MÉNDEZ, R. G. V. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. *Revista EURE*, v. 28, n. 84, p. 63-83, 2002.
- MARINO DEL RÍO, R. Hacia un proyecto de paisaje desde el patrimonio territorial. *Estudios Geográficos*, v. 83, n. 292, p. 1-20, enero/junio 2022.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial. Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan./abr. 2014.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MORGAN, K. The Learning Region: Institutions, innovation and regional renewal. *Regional Studies*, v. 31, n. 5, p. 491-503, 1997.
- MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996.
- NELSON, R. R. (ed.). *National Innovation Systems: a Comparative Analysis*. New York: Oxford University Press, 1993.
- PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. *Política & Sociedade*, n. 14, p. 79-105, 2009.
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2006.
- PERAFÁN, M. E. V.; GRISA, C.; TARTARUGA, I. P.; RAMÍREZ MIRANDA, C. (org.). *Gestão e dinâmicas em desenvolvimento territorial*. 1. ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2018.
- PERAFÁN, M. E. V.; SAUER, S.; LEITE, A. Z.; CANAVESI, F. C.; ÁVILA, M. L. (org.). *Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar*. 2. ed. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022. p. 122-146.
- PIRES, E. L. S. *Governança de territórios em desenvolvimentos desiguais: uma análise crítica*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.
- PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. *Interface – Comunic., Saúde e Educ.*, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 83-94, ago. 1997.
- POLI, D. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proativa. In: MELONI, B. (a cura di). *Aree interne e progetti d'area*. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015. p. 123-140.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- PORTER, M. E. Localização, competição e desenvolvimento econômico: clusters locais em uma economia global. *Economic Development Quarterly*, v. 14, n. 1, p. 15-34, 2000.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 5, n. 1, p. 121-148, jan./abr. 2009.
- RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (org.). *Construindo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: Edufba, 2009.
- SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias, atores. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, contravérsias e experiências*. Brasília: Embrapa, 2002. p. 21-37.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7. ed. 2ª reimp. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, M. O retorno do território. *Osal: Observatorio Social de América Latina*, Bogotá: Clasco, a. 6, n. 16, p. 251-261, jun. 2005.

- SANTOS, M. *Espaço e método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, F.; CROCCO, M.; LEMOS, M. B. Arranjos e sistemas produtivos locais em “espaços industriais” periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 147-180, jul./dez. 2002.
- SAQUET, M. A. *Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.
- SAQUET, M. A. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. *Informe Gepec (on-line)*, v. 23, p. 23-39, 2019.
- SAQUET, M. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 3, p. 479-505, set./dez. 2018.
- SAQUET, M. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SAQUET, M. A. El desarrollo en una perspectiva territorial multidimensional. *Revista Movimientos Sociales e Dinámicas Espaciales*, Ufpe, v. 2; n. 1, p. 111-123, 2013.
- SCHNEIDER, S. Análisis multidimensional y escalar del desarrollo territorial en Brasil. *Eutopía*, n. 1, p. 25-49, nov. 2010.
- SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial. *Raízes: Revista e Ciências Sociais e Econômicas*, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-116, 2004.
- SCOTT, A. J.; STORPER, M. (org.). *Production, work, territory*. The geographical anatomy of industrial capitalism. Boston: Allen and Unwin, 1986.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVEIRA, R. L. L. Diálogos sobre ciência do desenvolvimento regional. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 12, p. 26-32, 2022.
- SILVEIRA, R. L. L. Redes e território: contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. *Biblio 3W*, Barcelona, v. VII, n. 451, p. 1-20, 2003.
- SOBRAL, A.; FREITAS, C. M. D.; PEDROSO, M. D. M.; GURGEL, H. D. C. Definições básicas: dado, indicador e índice. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia básico para construção de indicadores*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. p. 25-52.
- SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-62.
- TARSI, E. Patrimonio territoriale, comunità e territori fragili nel Global South. *Scienze del Territorio*, n. 7, p. 49-156, 2019.
- THEIS, I. M. Hic et nunc: what is the conception of development when addressing regional development? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, p. 1-24, 2022.
- THEIS, I. M. S. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, p. 334-360, 2019.
- THEIS, I. M.; FERRERA DE LIMA, J.; OLIVEIRA, N. M.; BARBOSA, J. L. A.; RANDOLPH, R. Desenvolvimento regional: construção de um campo de saber? *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, p. 20-40, 2022.
- VAN BELLEN, H. M. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002.
- VIEIRA, P. H. F.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: do conceito à ação. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 11-24, abr. 2009.
- VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0